

FH busca apoio para elevar CPMF

■ Presidente Fernando Henrique propõe imposto sobre grandes fortunas e aumento da alíquota da contribuição de 0,2% para 0,3%

SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA - O governo pretende aumentar a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o imposto sobre cheques, de 0,20% para 0,30%, como uma das medidas do pacote de ajuste fiscal. O anúncio foi feito pelo presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP), após encontro com o presidente Fernando Henrique Cardoso no Palácio da Alvorada, para discutir a possibilidade de apoio do Legislativo às medidas de ajuste.

O presidente comunicou ao deputado sua intenção de ressuscitar seu antigo projeto criando o imposto sobre grandes fortunas, apresentado em 1989 quando ainda ocupava uma cadeira no Senado. O projeto previa a cobrança de uma alíquota anual sobre as fortunas acima de R\$ 2 milhões, das pessoas físicas residentes ou domiciliadas no país. "O presidente pretende levar adiante esse projeto com o nosso aplauso, e terá nosso apoio por se tratar de uma medida muito útil", disse Temer.

Imposto de Renda - Durante o encontro, Fernando Henrique revelou ter vetado a hipótese do aumento do imposto de renda sobre os rendimentos dos assalariados e das empresas, que estava em discussão pela equipe econômica. O parlamentar elogiou o esforço do presidente em discutir as medidas antes de enviá-las ao Congresso Nacional. Para Temer, os três pontos anunciados por Fernando Henrique garantirão a aprovação rápida do ajuste fiscal pela Câmara dos Deputados.

O presidente Fernando Henrique disse ainda a Temer que pretende acelerar as consultas e que determinou à equipe econômica a

conclusão do pacote de ajuste fiscal até o dia 20. "A área econômica ainda está examinando as medidas e há espaço para o diálogo", assegurou Fernando Henrique ao presidente da Câmara.

O Projeto de Lei Complementar 202-A, de 1989, foi apresentado pelo então senador Fernando Henrique e já foi ontem localizado a pedido do líder do governo no Senado, Élcio Álvares (PFL-ES), na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. O projeto chegou a ser discutido na comissão de Assuntos Econômicos do Senado, mas foi enviado à Câmara por sugestão dos senadores. Lá, foi emendado e estava pronto para entrar na pauta de votação da comissão de Constituição e Justiça da Câmara, mas o relator, deputado Marconi Perillo (PSDB-GO), hoje candidato ao governo de Goiás, engavetou o parecer, que estava para ser votado desde 1991.

Regras para fortunas - Pelo projeto, considera-se fortuna o conjunto de todos os bens situados no país ou no exterior que integrem o patrimônio do contribuinte. Só seria excluído do patrimônio para efeito de determinar a fortuna sujeita ao imposto o imóvel de residência do titular, num valor de até R\$ 500 mil.

Temer disse ao presidente que o PMDB deverá apoiar a proposta, mas prefere aguardar a divulgação das medidas que estão sendo elaboradas pelo Ministério da Fazenda, prevista para o dia 20, para depois anunciar a posição do partido e assim evitar reações negativas, principalmente dos candidatos peemedebistas que disputarão o segundo turno das eleições estaduais. "Queremos fazer tudo de forma transparente para não prejudicar as candidaturas", concluiu Temer.



O vendedor Dorival Sachetti assiste pela TV, numa loja de SP, ao pronunciamento em que FH marcou data para ajuste fiscal: 20 de outubro